

ACOLHIMENTO NA INTERNAÇÃO: INTEGRAÇÃO DE ESPAÇOS, TEMPOS E MEDIDAS

Bianca Ferreira Rocha
Jacqueline de Oliveira Moreira



1. Acolhimento na internação: questões preliminares para o atendimento

O tema do acolhimento do adolescente no sistema das medidas socioeducativas parece-nos crucial para projetar o desligamento do jovem do sistema e os possíveis impactos desta travessia na vida do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não prevê um dispositivo legal que contemple o problema do acolhimento nas medidas socioeducativas. O tema aparece no ECA vinculado necessariamente às questões do acolhimento familiar e institucional, que focalizam o tema do

direito à proteção e à educação para garantia de condições para o desenvolvimento pleno. O termo “acolhimento” aparece 49 vezes nessa lei e está sempre vinculado à proteção familiar e institucional. Diferentemente, o vocábulo “acolhida” é citado 13 vezes associado à ideia de adoção estando, portanto, articulado com o tema da adoção por estrangeiros.

No Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), encontramos duas menções à palavra “acolhida”, com referência à recepção do adolescente no sistema socioeducativo. No primeiro momento, o documento enfatiza a importância do sistema socioeducativo para promover uma articulação com diferentes dispositivos da sociedade e, assim, garantir condições para o adolescente cumprir as medidas, sendo que essa articulação deve acontecer “em diferentes momentos, desde a sua acolhida até seu desligamento.” (BRASIL, 2006, p. 42). Em outro momento, o documento ressalta que:

A elaboração do PIA deve se iniciar na acolhida do adolescente no programa de atendimento e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e à sua família, nas áreas:

a) Jurídica: situação processual e providências necessárias; b) Saúde: física e mental proposta; c) Psicológica: (afetivo-sexual) dificuldades, necessidades, potencialidades, avanços e retrocessos; d) Social: relações sociais, familiares e comunitárias, aspectos dificultadores e facilitadores da inclusão social; necessidades, avanços e retrocessos. e) Pedagógica: estabelecem-se metas relativas à: escolarização, profissionalização, cultura, lazer e esporte, oficinas e autocuidado. Enfoca os interesses, potencialidades, dificuldades, necessidades, avanços e retrocessos. Registra as alterações (avanços e retrocessos) que orientarão na pactuação de novas metas. A evolução ou crescimento pessoal e social do adolescente deve ser acompanhado diuturnamente, no intuito de fazê-lo compreender onde está e aonde quer chegar e seu registro deve se dar no PIA. (BRASIL, 2006, p. 52).

Essa recomendação anuncia a importância da acolhida para o reconhecimento do sujeito adolescente e para a construção das estratégias de reposicionamento na vida. Sobre a palavra “acolhimento”, podemos afirmar que ela aparece duas vezes e em condições análogas ao termo “acolhida”. O Sinase esclarece que são três as fases do atendimento socioeducativo, sendo que a fase inicial é definida como acolhimento.

Acreditamos que a acolhida é decisiva para as movimentações, as projeções de futuro e o reposicionamento do adolescente em todas as medidas socioeducativas. Todavia, a acolhida na internação precisa se relacionar com uma questão fundamental: a privação da liberdade.

A medida socioeducativa de internação introduz este grande desafio para os adolescentes: a suspensão temporária do convívio diário com todos os seus amigos, seus familiares e com seu território. Após o período de até 45 dias de permanência no Centro de Internação Provisória, o adolescente recebe uma medida socioeducativa, conforme aquelas que estão previstas no artigo 112 do ECA. Ao ser sentenciado com a medida de internação, o adolescente sabe o tempo máximo que permanecerá em cumprimento de medida, que são três anos, mas não sabe o tempo exato de cumprimento da medida que lhe foi imposta. Essa indeterminação temporal desde a chegada do adolescente traz implicações, pois ele questiona qual será o tempo de cumprimento de sua medida. Nesse sentido, é importante o acolhimento do adolescente e das questões por ele trazidas para que os vínculos com o espaço sejam trabalhados e as angústias sejam acolhidas.

O trabalho de acolhida do adolescente configura desde o início um desafio para as equipes, tendo em vista que a privação de liberdade provoca a suspensão de vínculos familiares e comunitários do adolescente. A privação de liberdade pode produzir um efeito de angústia, porque retira do sujeito a possibilidade de livre movimentação no cotidiano da cidade. Cabe ressaltar que muitos adolescentes não podem movimentar-se livremente em seus territórios, mas a restrição não se compara com a privação de liberdade, que ocorre em um espaço institucional.

O ECA já estabelece que as atividades externas ocorrem a critério da equipe técnica, salvo determinação judicial em contrário. Contudo, o adolescente vivencia um período inicial de restrição de liberdade regulamentado pelo Regimento Único das unidades socioeducativas, que estabelece os parâmetros para o estabelecimento da rotina das unidades. Esse período de restrição traz diferentes questões para os adolescentes,

que iniciam a medida já perguntando sobre a saída, reconhecida por eles como direito. Nesse período, o trabalho visa conhecer o adolescente, a rede na qual ele é atendido, a família a qual ele pertence e trabalhar as primeiras questões que aparecem no que diz respeito aos eixos de cumprimento da medida socioeducativa, a saber: educação, saúde, profissionalização, família, cultura, esporte e lazer. Acolher nesse momento os desejos e as concepções dos adolescentes sobre o trabalho é essencial para fortalecer os vínculos já existentes e para criar novas possibilidades de enlaçamento com a cidade.

Acolher o adolescente nesse momento inicial apresenta-se como importante intervenção para entender e fortalecer os vínculos familiares e comunitários com a rede de acolhimento do adolescente. No centro socioeducativo, temos como premissa de trabalho considerar o particular no caso específico e, frente ao ato praticado pelos adolescentes, não realizar leitura precipitada e que vê o ato no coletivo, mas sim considerar a história de cada adolescente como resposta singular frente às questões de cada sujeito (MACIEL, 2012). Essa aposta em colher a resposta individualizada do adolescente frente à sua atuação e na sua relação com o espaço do centro socioeducativo é que permite o olhar subjetivo das equipes sobre o que faz cada adolescente atuar. Nessa perspectiva, há possibilidade de uma aposta no adolescente e o acolhimento das questões por ele trazidas diante da privação de liberdade. Então, “se é importante interessar-se por suas invenções, cabe-nos também saber o que podemos inventar e em qual lugar, para acompanhar melhor certos adolescentes nesse momento de ‘estranho sofrimento’” (LACADÉE, 2008, p. 2). Apostar no adolescente e nas suas invenções permite um espaço de liberdade e de expressão da subjetividade diante de um contexto de privações, garantindo, assim, a socioeducação.

Como já vimos, nas legislações e normativas que orientam o trabalho socioeducativo, os termos “acolhida” e “acolhimento” estão vinculados ao

Plano Individual de Atendimento – PIA, que tem conexão com o projeto de vida dos adolescentes. O PIA —instrumento obrigatório que direciona as ações socioeducativas para os adolescentes e que tem objetivos e singularidades garantidos no planejamento e na execução das medidas socioeducativas — possibilita o acolhimento dos fins dos adolescentes para o cumprimento das medidas. As intervenções terão como foco intervenções técnicas junto ao adolescente e à sua família nas áreas jurídica, de saúde, psicológica, social e pedagógica. Desse modo, o PIA:

[...] enfoca os interesses, potencialidades, dificuldades, necessidades, avanços e retrocessos. Registra as alterações (avanços e retrocessos) que orientarão na pactuação de novas metas. (BRASIL, 2006, p. 52).

É nessa lógica que o PIA orienta o cumprimento da medida e possibilita acolher as respostas construídas pelos adolescentes ao propor a revisão das metas pactuadas. Há três fases no atendimento socioeducativo que, mediante a organização dos seus espaços físicos, possibilitarão a mudança de ambientes de acordo com as metas elencadas no PIA. São elas:

- a) fase inicial de atendimento: período de acolhimento, de reconhecimento e de elaboração por parte do adolescente do processo de convivência individual e grupal, tendo como base as metas estabelecidas no PIA; b) fase intermediária: período de compartilhamento em que o adolescente apresenta avanços relacionados nas metas consensuadas no PIA; e c) fase conclusiva: período em que o adolescente apresenta clareza e conscientização das metas conquistadas em seu processo socioeducativo. (BRASIL, 2006, p.52)

Assim sendo, é preciso sublinhar que o acolhimento inicial é um ponto demarcado no documento como importante para a elaboração das metas quanto ao cumprimento da medida. Escutar os

adolescentes — seus desejos, suas dúvidas e suas angústias — constitui parte essencial do trabalho socioeducativo, com vistas a acolher as suas singularidades.

2. Tempos e espaços de acolhimento: desafios da prática

2.1. Sobre o tempo

Considerando que o documento demarca o percurso do adolescente no sistema em três tempos (inicial/acolhida), intermediário e conclusivo), podemos afirmar que a temporalidade, como também os ritmos e as repetições decorrentes das ações dos adolescentes, podem ser importantes no ato da acolhida. Parece-nos importante mencionar que, na maioria das vezes, a chegada do adolescente à internação não inaugura sua passagem pelo sistema de medidas socioeducativas. Os adolescentes e as pessoas que respondem por eles, comumente, foram acolhidos em diferentes setores do sistema. Essa trajetória pelo sistema deixa marcas na família e nos adolescentes. Por causa disso, muitas vezes, eles acolhem as ofertas de internação com desânimo. Parece que eles se sentem como prisioneiros de um círculo vicioso que não introduz novidade capaz de fazer alterar a posição do sujeito adolescente em relação a sua vida e ao laço com a criminalidade.

Outro ponto que surge no acolhimento do adolescente na internação é o tempo de cumprimento da medida, pois, quando ele chega ao centro socioeducativo, quer saber quanto tempo permanecerá lá. Nesse momento, não há resposta precisa para lhe dar, pois o tempo pode ser de até três anos. Essa questão perpassa todo o cumprimento da medida socioeducativa, uma vez que o trabalho realizado com o adolescente visa à responsabilização, e não ao aspecto cronológico. A indeterminação temporal gera angústia no

adolescente e no profissional que precisa manejar esse ponto nas intervenções.

Considerando os dois importantes embaraços que se localizam no campo do adolescente, isto é, as repetições e a angústia em relação à não demarcação exata do tempo de internação, podemos destacar algumas dificuldades que se vinculam com o cotidiano das equipes. Primeiro, de um lado, a pressão e a urgência do cotidiano de trabalho que frequentemente impossibilitam o acolhimento do adolescente e, de outro lado, o horário e dia de chegada do adolescente na unidade. A demora no acolhimento e a falta de profissionais no momento em que os adolescentes chegam à unidade trazem malefícios para a fase inicial, pois os adolescentes acabam tendo apenas informações básicas sobre a medida, não havendo um acolhimento de fato. Quando o espaço de acolhimento é privilegiado, abre-se a possibilidade a intervenções das equipes técnicas e de segurança, criando-se um vínculo entre o adolescente e o cumprimento da medida, com o espaço e com as equipes.

O terceiro problema imposto que dificulta o estabelecimento do laço entre o adolescente e a equipe é que, no momento da acolhida, os regimentos internos preveem a revista no jovem como primeira ação da equipe. Se o primeiro momento do adolescente na unidade é marcado pela revista, podemos pensar que será construída uma relação de desconfiança, o que traz implicações para o vínculo do adolescente com a medida. É preciso repensar esse instante inicial para que seja fomentada uma acolhida mais humana, de escuta, vinculando o adolescente à medida.

2.2. Sobre espaços

Nesse âmbito, é importante discutirmos sobre o espaço físico dos centros socioeducativos. Conforme propõe Cabral (2010), o discurso

arquitetônico configura-se como uma forma de escrita, a qual é representada pelo próprio desenho feito pelo arquiteto, que utiliza, para isso, de outras linguagens expressas por meio das técnicas, das políticas ou da pedagogia. Entretanto, mesmo os projetos arquitetônicos que demarcam posições são sujeitos em suas relações de apropriação e de negação, que irão atribuir significado e sentido às estruturas. “Percebemos assim, que a Arquitetura pode ser entendida enquanto forma de organização, não apenas de espaços, mas de sujeitos e idéias.” (CABRAL, 2010, p. 18). Zarankin (2001), por sua vez, relata que a arquitetura foi definida por diversos autores das formas mais variadas, porém ela sempre deve ser entendida como um produto cultural que tem significado, que expressa comunicação não verbal. A arquitetura denota uma ideologia e veicula seus valores e significados por meio de uma linguagem material. Esse tipo de linguagem não verbal, expressa em termos de frequência, intensidades, distâncias e esta linguagem, é mais bem veiculada quando vivenciada nas relações estabelecidas dentro dos prédios.

Assim, podemos entender que o espaço, na sua dimensão física, tem impacto sobre as subjetividades, uma vez que os significados que ele veicula expressam concepções de sujeitos, de circulação, organização e posição subjetiva. Desse modo, o espaço dos centros socioeducativos limita a circulação dos adolescentes, privando-os de liberdade e trazendo impactos subjetivos que precisam ser acolhidos e acompanhados no decorrer da medida.

Em alguns centros socioeducativos, como há o cumprimento de diferentes medidas, como internação provisória e internação definitiva, o adolescente vivencia diferentes formas de cumprimento no mesmo espaço. A questão que se revela para o trabalho das equipes socioeducativas refere-se ao manejo do caso, pois o adolescente que estava em cumprimento de internação re-

cebe outra medida socioeducativa. Com isso, a equipe precisa fazer outro enlaçamento e outra “entrada” do adolescente no espaço. É preciso, portanto, fazer a diferenciação da medida no mesmo espaço para que o adolescente possa com ela se envolver e para que seja possível o processo de responsabilização dos adolescentes em diferentes momentos.

Para a equipe, em alguns casos, essa diferenciação é difícil, pois, primeiramente, acompanha o adolescente no provisório e, depois, na internação. Desse modo, o acompanhamento precisa modificar. É importante demarcar no trabalho a necessidade de dois acolhimentos, pois ora o adolescente está aguardando a sentença, ora está cumprindo a medida na qual foi sentenciado. Além disso, os momentos diferentes devem ficar claros e demarcados para ele. O acolhimento apresenta-se como ponto de trabalho informativo e esclarecedor ao cumprimento da medida, aceitando-se as angústias do adolescente, para que ele seja um momento diferenciado.

Há ainda que se considerar os adolescentes que cumprem medida em centros socioeducativos distintos do seu local de moradia. Nesses casos, são necessários a articulação com outros territórios e um trabalho de acolhida específico ao se considerarem as particularidades, as culturas distintas e a distância da família que os adolescentes precisam enfrentar. A acolhida deve levar em conta os diferentes territórios onde os adolescentes residem, bem como trabalhar o fortalecimento dos vínculos com o território para que tenham garantido o seu direito à convivência familiar e comunitária.

Os desafios para a socioeducação são grandes no que diz respeito aos espaços de acolhida tendo em vistas as estruturas das unidades, as distâncias e o cumprimento de diferentes medidas em um mesmo centro socioeducativo. É preciso um trabalho que individualize os

adolescentes e que possa estar atento as singularidades dos casos para que as intervenções sejam realizadas a partir do âmbito educativo e de acolhimento.

3. Acolhimento para além dos protocolos: propostas de trabalho

O trabalho de acolhimento desenvolvido pelas unidades socioeducativas ocorre no momento da chegada do adolescente, momento esse cujo objetivo é colher informações importantes sobre os adolescentes, apresentar o funcionamento da medida e os profissionais de referência. Considerando a importância da acolhida, gostaríamos de apresentar um exemplo e propor duas diretrizes de aperfeiçoamento.

Como exemplo, citamos o Centro Socioeducativo Santa Helena, que busca acolher o adolescente desde o momento em que ele chega para o cumprimento de medida. O atendimento é realizado por todos os profissionais de referência, no intuito de garantir que o adolescente conheça a equipe e as especificidades do atendimento, como também tenha um momento de intervenção com ela. Esse trabalho tem se apresentado frutífero, pois os adolescentes passam a ter como referência a equipe, sabendo, assim, a quem recorrer quando têm uma demanda.

A ação de ofertar para o adolescente uma escuta multiprofissional pode produzir algumas consequências. A primeira é que, no trabalho cotidiano, a formação e a capacitação dos profissionais apresentam-se como pontos importantes a serem fomentados, visto que ainda há desconhecimento sobre os parâmetros de acolhimento desenvolvido nos centros socioeducativos. Assim, as referências da equipe técnica e de agentes socioeducativos para o trabalho de acolhida aos adolescentes são

apontadas como possibilidade de qualificação do acolhimento.

Outro ponto a ser mencionado como proposta de aperfeiçoamento diz respeito aos protocolos e às fichas de acolhimento. Tais instrumentos são importantes para a realização do trabalho, pois ter fichas com perguntas norteadoras e possibilidades de intervenções permitiria ao profissional ter direcionamentos mais claros sobre o que fazer e o que dizer. Mas é preciso considerar que esse momento não pode ser burocratizado, tendo em vista que o adolescente precisa ser ouvido e acolhido de fato. Assim sendo, é imprescindível fazer diferenciação dos protocolos a serem preenchidos e do espaço de acolhimento das questões subjetivas trazidas pelos adolescentes, para que possamos trabalhar a acolhida como um momento de reconhecimento dos adolescentes e das suas questões particulares, não se tornando, portanto, um momento meramente burocrático.

4. Considerações finais

A acolhida justifica a sua importância no ofício socioeducativo por possibilitar um trabalho singularizado e de escuta das demandas e das angústias dos adolescentes que foram privados da liberdade. Olhar para as primeiras questões trazidas pelos adolescentes no momento da acolhida pode possibilitar o direcionamento das ações e das intervenções por parte das equipes em cada um e, de igual modo, pode estabelecer os primeiros vínculos dos adolescentes com o cumprimento de suas medidas. Desse modo, necessário fazer um investimento nesse momento interventivo, repensando os espaços e os tempos de acolhida para que possam ser discutidas as intervenções estabelecidas e criadas novas formas de acolher os adolescentes e suas subjetividades.

5. Referências

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 3 maio 2015.

BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>>. Acesso em: 3 maio 2015.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo* Brasília, DF: CONANDA, 2006.

CABRAL, Pedro Luiz da Costa. *Propostas arquitetônicas e pedagógicas para a educação das infâncias*: reflexões a partir da Unidade de Municipal de Educação Infantil – UMEI em Belo Horizonte. 2010. 50f. Monografia (Conclusão de curso)- Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte, 2010.

LACADÉE, Philippe. *O púbere em que circula o sangue do exílio e de um pai*. 2008 Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v1n2/v1n2a04.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

MACIEL, Elaine Rocha. *Há liberdade na privação?* Belo Horizonte: FAPI. 2012.

ZARANKIN, Andrés. *Paredes que domesticam*: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires. 2001. 255f. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.